

Responsabilidade Social: um Exercício de Construção da Solidariedade na Comunidade dos Cocos

AUTORAS

FÁTIMA REGINA NEY MATOS

Universidade Federal de Pernambuco

fneymatos@globo.com

PATRÍCIA AGUIAR DE SÁ RORIZ

Faculdade Christus

patriciaguiaioriz@hotmail.com

ISADORA NEY MATOS DE ALBUQUERQUE

Faculdade Christus

isadora.matos@hotmail.com

MARIA GENTILA CESAR VIEIRA GUEDES

Faculdade Boa Viagem

mariagentila@fbv.br

Resumo

A proposta deste artigo é analisar um projeto de responsabilidade social patrocinado por uma IES particular, localizada no município de Fortaleza, que está sendo realizado em uma comunidade carente. Este projeto está possibilitando a interação dos alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Pedagogia e Informática com outros atores sociais e uma significativa contribuição para o desenvolvimento econômico e social da referida comunidade. Na revisão da literatura foram abordados a sociedade civil e o terceiro setor a partir da visão de autores como Bobbio (1987), Offe (1998) e Gohn (1999); a responsabilidade social e o trabalho voluntário, com ênfase em Camargo *et al.* (2002), Tachizawa (2002), Fischer e Falconer (1999), Melo Netto e Froes (1999). Foi feito um estudo de caso, pois se procurou mostrar como está acontecendo o processo de intervenção social na comunidade dos Cocos. O universo foi formado pelos membros da comunidade que participam do projeto e a coleta de dados ocorreu por meio de observação direta e entrevistas. Pode-se concluir que o projeto de responsabilidade social na Comunidade dos Cocos está ocorrendo de forma sistemática, modificando a *práxis* tanto dos alunos voluntários quanto da população local, contribuindo para a construção da solidariedade como prática cotidiana.

Palavras chave: responsabilidade social, trabalho voluntário, terceiro setor

Abstract

The proposal of this paper is to analyze a project of social responsibility sponsored by a particular college, that is being carried through in a devoid community. This project is making possible the interaction of the pupils of the diferents courses with other social actors and a significant contribution for the economic and social development of the community. In the revision of literature the civil society and the third sector from the vision of authors had been boarded as Bobbio (1987), Offe (1998) and Gohn (1999); the social responsibility and the voluntary work, with emphasis in Camargo *et al.* (2002), Tachizawa (2002), Fischer and Falconer (1999), Melo Netto and Froes (1999). A case study was made to show as the process of social intervention is happening. The universe was formed by the members of the community that participate of the project and the collection of data occurred by participant observations and interviews. It can be concluded that the project of social responsibility in the Community of the Coconuts is occurring of systematic form, modifying the *práxis* in such a

way of the voluntary pupils how much of the local population, contributing for the construction of daily solidarity as practical.

Key words: social responsibility, voluntary work, third sector

1 Introdução

Nos últimos anos, está sendo implantado no Brasil um sistema de instituições de ensino superior e universidades privadas, que vem crescendo a taxas significativas em um ambiente de elevada concorrência. Para fidelizar seus clientes, as Instituições de Ensino Superior – IES privadas estão apresentando um comportamento que muito se assemelha ao das organizações econômicas, sendo a implantação de programas de Responsabilidade Social um diferencial competitivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e, em seu Título II, Art. 2º informa que “a finalidade da Educação é de tríplice natureza:

- a) o pleno desenvolvimento do educando;
- b) o preparo para o exercício da cidadania;
- c) a qualificação para o trabalho” (CARNEIRO, 1998, p. 33-34).

Os temas transversais, apresentados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, apontam que o preparo para o exercício da cidadania deve ocorrer através da “eleição de conteúdos [...] que ofereçam aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida” (BRASIL, 1997),

Como agentes sociais, as Instituições de Ensino Superior, sejam públicas ou privadas, estabelecem regras de conduta que não devem ser conflitantes com as regras morais da sociedade em que estão inseridas e, mais do que nunca, acredita-se, devem buscar cumprir um papel social que estimule no alunado uma noção do que ensina Drucker (1991, p. 75): “as empresas existem numa comunidade. Portanto, não podem refugiar-se no isolamento se o mundo ao seu redor começa a se despedaçar”. Em uma situação de despedaçamento e fragmentação, os vínculos sociais perdem sua força, bem como as obrigações morais e o sentido de relação com os outros (REZENDE, 2004).

A proposta deste trabalho foi analisar um projeto de responsabilidade social patrocinado por uma IES particular, doravante denominada Faculdade, no qual o aluno teve a oportunidade de manter contato com o dia a dia de uma comunidade carente, possibilitando a interação com outros atores sociais e a construção da solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A relevância da responsabilidade social para as organizações, de acordo com Almeida (2002, p.3) é "possibilitar um desenvolvimento de estratégias empresariais competitivas por meio de soluções socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis". Nesse sentido, um projeto de intervenção social como o que vem acontecendo na Comunidade dos Cocos, além de mostrar ao aluno a importância de práticas que estimulem a solidariedade através da responsabilidade social, modifica as condições de vida da população local de uma maneira positiva.

A importância deste trabalho é mostrar como uma IES está procurando desenvolver a formação de consciência social no seu alunado, pois como futuros dirigentes empresariais, administradores, professores, fisioterapeutas, pedagogos, advogados e cidadãos, é imprescindível que conheçam os princípios da responsabilidade social. É também de grande relevância salientar que instituições de ensino superior devem, além de proporcionar uma educação formal com qualidade, possibilitar ao seu corpo discente e docente uma maneira de “intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de se adaptar a ela” (FREIRE, 1998, p. 85).

2 Revisão da Literatura

2.1 Sociedade Civil e Terceiro Setor

De acordo com Bobbio (1987), a sociedade civil pode ser entendida sob duas perspectivas. Está condicionada a noção que temos de estado e delimitando sua extensão. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. É o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver seja através da mediação ou da repressão. A sociedade civil é a esfera na qual prevalecem os valores da solidariedade, em contraste com a esfera da competição econômica e a esfera da luta pelo poder político (LANDER, 1999). O poder político e a competição econômica formam, respectivamente, os chamados primeiro setor e segundo setor. A emersão dos valores de solidariedade está possibilitando o surgimento do terceiro setor.

Segundo Gohn (1999, p. 33), o terceiro setor é uma nova ordem social, que se coloca ao lado do estado – o primeiro setor -, e do mercado – tido como o segundo setor. O terceiro setor desenvolveu-se a partir das atividades filantrópicas da sociedade civil, caracterizando-se pela realização de ações de caráter privado que objetivam a geração de bens para uma coletividade, sem acumular excedentes econômicos.

O terceiro setor “vem a ser o representante institucional de uma nova ordem, que surgiu da desordem social vigente e supera em vitalidade, legitimidade e harmonia a ordem da burocracia estatal (primeiro setor) e a ordem econômica do mercado (segundo setor)” (OFFE, 1998, p. 26).

As organizações da sociedade civil - Organizações Não-Governamentais – ONGs, associações, fundações, entidades de assistência social, educação, saúde, meio ambiente - cujas ações saem do domínio estatal formam o terceiro setor. É a iniciativa privada com fins públicos, com o objetivo de combater os grandes problemas do mundo atual, como a pobreza, a violência, a poluição, o analfabetismo, o racismo, enfim, a exclusão.

De acordo com Melo Netto e Froes (1999) é neste novo contexto social que crescem a conscientização e a educação para a cidadania. Agora, o cidadão não mais depende do Estado para lhe conferir a cidadania. Ele próprio exige cidadania.

No quadro abaixo, Melo Netto e Froes (1999) identificam os elementos definidores do Terceiro Setor.

Quadro 1 : Elementos definidores do terceiro setor

ELEMENTOS DEFINIDORES	DESCRIÇÃO
Foco	- Bem Estar Público - Interesse Comum
Questões Sociais	- Pobreza - Desigualdade - Exclusão Social
Entidades Participantes	- Empresas Privadas - Estado - Ong's - Sociedade Civil
Nível de Atuação	- Comunitário de Base
Tipos de Ações	- Ações de Caráter Público - Ações de Caráter Privado - Associativas e Voluntárias

Fonte: Melo Netto e Froes, 1999, p. 8

É no âmbito da sociedade civil e do terceiro setor que estão se desenvolvendo as ações de responsabilidade social e de trabalho voluntário. Diferentemente da implantação de políticas públicas, que são ‘engessadas’ pela estrutura burocrática do Estado, as entidades da sociedade civil caracterizam-se pela flexibilidade e agilidade com que conseguem se

mobilizar para intervir e atuar positivamente em situações de exclusão social, de calamidades públicas, de desastres naturais ou de agressões ao meio ambiente.

Camargo *et al.* (2002, p. 116), consideram o terceiro setor como “um espaço privilegiado para a ação voluntária”, pelos motivos expostos no quadro abaixo.

Quadro 2: Funções do terceiro setor em relação à ação voluntária

Iniciar novas idéias e processos	O ambiente é propício para a inovação. A cada momento surgem idéias sobre como fazer as coisas de modo diferente, e, se possível, melhor do que antes, inovando-se em áreas nas quais os órgãos públicos carecem de conhecimento e de estrutura ou temem de aventurar.
Influenciar políticas públicas	Organizações voluntárias podem testar novas idéias, começar serviços controvertidos em seus estágios iniciais e exercer influência direta na idealização e promoção de políticas públicas.
Apoiar minorias ou interesses locais	Podem experimentar novas idéias com menos precaução que os governos, podem apoiar causas e interesses que seriam rejeitados por preconceitos ou interesses prioritários das maiorias.
Promover parcerias	Com frequência as organizações voluntárias estimulam e coordenam atividades nas quais tanto o governo como a empresa privada interagem em prol do bem público.
Ajudar outros países	As organizações voluntárias oferecem ajuda em situações em que o auxílio dos governos seria politicamente inaceitável.
Promover a cidadania participativa e o altruísmo	Uma das mais importantes contribuições das organizações voluntárias, além do que fazem pelos seus beneficiários, é a transformação pessoal dos seus participantes voluntários.

Fonte: Camargo *et al.*, 2002, p. 116-117

É imprescindível salientar que estas ações não devem ter qualquer cunho assistencialista, tendo em vista que o assistencialismo:

Desfaz a noção essencial de direito e de cidadania, recriando a miséria sob a forma de tutela. Além de nunca ir à raiz do problema, estigmatiza o pobre com uma oferta pobre. É típico de uma postura assistencialista reservar para o pobre uma educação pobre, uma saúde de segunda categoria, uma habitação subumana, e assim por diante. Ademais, paga-se a esmola com a subserviência (DEMO, 1988, p. 11).

As ações patrocinadas por entidades do terceiro setor devem procurar transformar em direito legalmente instituído o que pode ser feito a partir de um sentimento de “compaixão pelos pobres”. A lógica do direito deve ser contraposta e sobrepujar à lógica da piedade.

2.2 Responsabilidade Social

Do início de 1960 para os dias atuais, o significado da expressão "responsabilidade social" mudou muito. Até essa época, a preocupação maior era com a responsabilidade social dos dirigentes. Dava-se maior realce aos serviços que os mesmos podiam ou deviam prestar fora do seu período de trabalho, como cidadãos. A caridade deveria ser uma obrigação dos indivíduos ricos. Até 1960, os princípios da caridade e do zelo ou custódia, propostos por Andrew Carnegie, eram amplamente aceitos nas organizações norte-americanas, mas, a partir dessa época, começaram a surgir novas idéias sobre o tema responsabilidade social.

Atualmente são outros pontos que se salienta quando se trata da responsabilidade social: fala-se daquilo que a empresa deve ou pode fazer para enfrentar e resolver os problemas sociais, dá-se ênfase às contribuições que a empresa pode prestar com relação a problemas como discriminação e integração raciais e da proteção ao meio ambiente. A empresa deve reconhecer que sua responsabilidade para com a sociedade, para com seus

funcionários e para com o público em geral vai muito além de suas responsabilidades para com seus clientes.

Para Tachizawa (2002), a responsabilidade social pode ser resumida no conceito de "efetividade", como o alcance de objetivos do desenvolvimento econômico-social. Portanto, uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável.

A responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade e assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais, planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral, de conformidade com o interesse público. Esta responsabilidade das corporações, que excede a produção de bens e serviços, tem-se intensificado nas últimas décadas em resposta às mudanças ocorridas nos valores da sociedade.

A justificativa para o sentido de responsabilidade social por parte da empresa fundamenta-se na liberdade que a sociedade concede à empresa para existir. O princípio da responsabilidade social fundamenta-se no pressuposto de que as organizações são instituições sociais, que se constituem e se desenvolvem no seio da sociedade, fazem uso dos recursos fornecidos pela mesma e interferem na qualidade de vida dos seus membros. Devem ser as empresas, portanto, “responsáveis por seus impactos sobre as pessoas, sobre a comunidade, sobre a sociedade em geral” (DRUCKER, 1991, p. 71).

A responsabilidade social é entendida, segundo o Instituto Ethos (2005), como:

uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Uma cultura de gestão que procura aplicar princípios e valores a todas as atividades e relações da empresa [...] abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente próspero e socialmente mais justo.

Robbins e Coulter (1998) afirmam que os profissionais de hoje são forçados com frequência a tomar decisões que têm a dimensão da responsabilidade social. O domínio da responsabilidade social da empresa situa-se além de suas responsabilidades legais, mas não basta ir além da obrigação legal para se ter um comportamento socialmente responsável. As empresas devem assumir responsabilidades em relação aos problemas sociais, às questões sociais e as metas políticas e sociais, bem como passarem a ser guardiãs da consciência social e solucionadoras dos problemas sociais.

Atualmente muitas empresas, além do lucro, enfatizam a responsabilidade social. Assim sendo, espera-se que os seus funcionários assumam responsabilidades de liderança em relação aos principais problemas sociais, embora não haja uma unanimidade a esse respeito. Milton Friedman, por exemplo, aponta que em uma economia livre, “há uma e só uma responsabilidade social do capital - usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraudes (FRIEDMAN, 1977, p.116).

Os excedentes econômicos devem beneficiar a todos os *stakeholders*.

A empresa que deseja a sua sustentabilidade a longo prazo precisa ter competência para ser uma excelente gestora de redes de relacionamentos entre diversos grupos de atores sociais, também conhecidos como *stakeholders* (demandantes de seus produtos, fornecedores, trabalhadores, gestores, acionistas, agentes financeiros, governo, comunidade local, ecossistema afetado pela operação, academia – ciência e tecnologia – e, certamente, todos eles enquanto famílias e indivíduos) (ALMEIDA, 2002, p.11).

A responsabilidade social pode ser entendida como a opção dos empresários, conscientemente tomada, de investir estrategicamente no campo social. Difere da filantropia, pois esta representa um tipo de investimento social por parte dos empresários, associado à caridade, ao paternalismo ou ao puro assistencialismo.

2.3 Trabalho Voluntário

Pode-se dizer que uma empresa socialmente responsável é aquela que valoriza o relacionamento com todos os *stakeholders* associados direta ou indiretamente ao seu negócio, incorporando os interesses destes no planejamento de suas atividades. O exercício das ações internas ou externas de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa leva ao conceito de cidadania empresarial, pois as organizações ao agir assim adicionam às suas competências básicas um comportamento ético e político.

Empresas privadas, atuando de maneira mais direta ou criando fundações e institutos, têm demonstrado maior disposição para o desenvolvimento de ações sociais sem a finalidade de lucro. Estas empresas têm estimulado o trabalho voluntário, auxiliado programas de comunidades e investido recursos em projetos sociais.

A Organização das Nações Unidas – ONU define o voluntário como

o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou em outros campos (*apud* CAMARGO *et al.*, 2002, p. 114).

Ainda de acordo com Camargo *et al.* (2002, p. 114), a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança define o voluntário como

um ator social e agente de transformação, que presta serviços não-remunerados em benefício da comunidade. Doando tempo e conhecimentos, o voluntário realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às próprias motivações pessoais, que podem ter caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional.

No que se refere a estimular o trabalho voluntário, há várias ações que vêm sendo realizadas por empresas. Essas ações podem variar do simples apoio informal para que as pessoas se dediquem ao voluntariado espontâneo fora do horário de trabalho até a criação de programas formais, nos quais os funcionários são convidados a participar utilizando algum tempo da jornada normal de trabalho ou outros recursos organizacionais (FISCHER; FALCONER, 1999).

O voluntariado, apesar de representar uma prática antiga, somente foi regulamentado em 1998, com a lei 9.608/98. Essa lei define que para haver voluntariado é necessário que o trabalho não seja remunerado e não haja contrapartida de qualquer espécie ao trabalho realizado, que o voluntário seja pessoa física, que o serviço seja prestado a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos, e que haja termo escrito de adesão, no qual devem constar o objeto e as condições do trabalho a ser prestado.

O trabalho voluntário parece acontecer a partir de motivações e desejos baseados especialmente no compromisso com uma mudança maior e na responsabilidade ante a comunidade. Existe em virtude de vontade própria em prol de um propósito, sem qualquer tipo de coação. Ribeiro *et al.* (1996) consideram que o trabalho voluntário seria um espaço em que o investimento narcíseo (investimento libidinal do ego) poderia renovar-se, assim como representaria a busca de uma forma de satisfação, em uma tarefa plena de significações, a partir da escolha de uma vida ativa e voltada para o mundo.

O trabalho voluntário por mais que possa ter um sentido instrumental para a organização movimenta a reflexão nas pessoas que o realizam assim como na sociedade em geral. Em outras palavras, independentemente das razões que a empresa tenha para torná-lo uma política de pessoal, visto que esse tipo de trabalho se relaciona com uma ação de solidariedade, de cooperação, e que, por ser voluntário, envolve emoção, ele é capaz de agregar cada vez mais indivíduos, o que pode representar e impulsionar todo um conjunto desejado de mudanças.

A ação voluntária está ligada a termos como cidadania, solidariedade, responsabilidade social, transformação social, justificando sua importância nos dias de hoje em face da insatisfação e da angústia com a falta de respostas aos crescentes problemas da sociedade. Nesse sentido, os empresários passam a ser olhados como líderes, pois diante da frustração de suas reivindicações, a sociedade espera que cuidem destes desafios (DRUCKER, 1991).

Um programa de voluntariado empresarial pode também promover o desenvolvimento de uma série de competências dos funcionários, assim como desenvolver uma imagem positiva da organização, além de interferir positivamente na auto-imagem, promovendo um sentimento de realização, aliviando o estresse da vida moderna, promovendo um sentimento geral de bem-estar e de crescimento interior.

3 Procedimentos Metodológicos

De acordo com Morgan e Smircich (1980), Merriam (1998), Denzin e Lincoln (2000) e Patton (2002), a pesquisa qualitativa ainda é pouco reconhecida no campo organizacional. É possível que isso ocorra porque a abordagem qualitativa apresenta uma preocupação

com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Neste trabalho, foi realizado um estudo de caso qualitativo. De acordo com Patton (2002), estudos de casos podem ser constituídos por indivíduos, grupos, programas, [...] ou seja, qualquer evento que possa ser definido como um sistema delimitado, específico, único. Merriam (1998) também considera o estudo de caso como uma observação minuciosa de um contexto, de um indivíduo, de uma fonte de documentos ou de um evento específico. Pode-se, então, considerar como caso o processo de intervenção social na Comunidade dos Cocos.

O universo da pesquisa foi formado pelos membros da Comunidade dos Cocos participantes do projeto de responsabilidade social patrocinado pela Faculdade. A palavra “patrocinado” está sendo usada no sentido de “patronagem”, e não de custeio (FERREIRA, 1980).

A coleta de dados ocorreu por meio de observação e de entrevistas semi-estruturadas com os membros da comunidade participantes do projeto. Foram também utilizados dados documentais, como os resultados de um censo realizado na comunidade.

4 O Projeto de Responsabilidade Social na Comunidade dos Cocos

De país predominantemente agrário, o cenário brasileiro passou por grandes modificações a partir de 1929. Nesse período, “o setor agrícola, mesmo recebendo substancial ajuda do governo, viveu um período de crise, causada em grande parte pelas dificuldades econômicas da conjuntura mundial” (COTRIM, 1995, p. 281).

O êxodo rural acentuou-se e as pessoas começaram a deixar o campo para procurar melhores condições de vida nas cidades. A crescente industrialização atraiu um significativo contingente populacional formado por pedreiros, ferroviários, barbeiros, funileiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros dentre tantas outras especializações.

O século XX foi caracterizado, no Brasil, por um intenso processo de urbanização iniciado em meados do século passado e fortalecido a partir de 1960. A parcela de população urbana passou de 31,2% em 1940 para 67,6% em 1980. A mudança de país predominantemente rural para urbano ganhou velocidade no período 1960-1970, quando a relação se inverteu: dos 13.475.472 domicílios recenseados no Brasil em 1960, pouco menos da metade (49%), se situavam nas áreas urbanas; em 1970, quando foram contados 18.086.336 domicílios, esse percentual já chegava a 58% (IBGE, 2004).

A paisagem das cidades, sem infraestrutura para acompanhar esse acelerado e desorganizado crescimento, foi se modificando crescentemente e eclodiram os aglomerados urbanos chamados *favelas*. De acordo com Toledo (2004), a palavra *favela* foi transplantada do arraial de Canudos para o cotidiano dos brasileiros.

As *favelas*, anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus – talvez um futuro gênero *cauterium* das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa (CUNHA, 2002, p. 55 – itálicos do autor).

Favela era o nome de um vegetal que crescia na caatinga, nos morros que cercavam o arraial liderado por Antonio Conselheiro. Após a guerra de Canudos, a palavra *favela* “acabou por batizar o primeiro morro do Rio de Janeiro onde se ergueram barracos para servir de moradias – segundo alguns porque ali se alojaram soldados vindo do *front*, segundo outros porque o caos urbanístico lembrava o improvisado povoado baiano” (TOLEDO, 2004, p. 134). As favelas passaram a fazer parte do cenário de todas as capitais e grandes cidades brasileiras, pois as políticas públicas não acompanharam a transição de país rural para urbano. As condições de moradia nas cidades ficaram comprometidas para grande parte da população, sem acesso à uma educação de qualidade, a serviços de saúde, de transporte coletivo e de benfeitorias urbanas como pavimentação, arborização, iluminação elétrica, serviços de água, instalações sanitárias e limpeza pública.

Possivelmente em um esforço compensatório para as péssimas condições de vida, os moradores das favelas quase sempre escolhem um nome belo para designar seu local de moradia. Em Fortaleza, dentre tantas, temos o Castelo Encantado, a Verdes Mares, o Farol do Mucuripe e a comunidade dos Cocos, *locus* desta pesquisa.

A Faculdade, acreditando na formação holística do aluno, como profissional e como cidadão, decidiu desenvolver e implantar um projeto de responsabilidade social, com a colaboração voluntária de professores e alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Pedagogia e Informática.

As ações sociais que vêm sendo implantadas caracterizam-se pela multidisciplinaridade, tendo em vista que envolvem alunos de diferentes formações. O princípio básico que norteia o projeto como um todo é o trabalho voluntário. Existe uma procura significativa por parte dos alunos, mas a seleção é realizada de acordo com as prioridades e necessidades da comunidade. O principal critério para a escolha do aluno é a disponibilidade de tempo e o comprometimento, para que a ação não seja abandonada. A assiduidade do aluno voluntário é avaliada através de uma lista de presença. Os alunos participantes recebem um certificado de participação.

De acordo com a coordenadora do projeto ainda não houve estudos para analisar o impacto do projeto junto à comunidade. Apenas em relação ao trabalho de fisioterapia com os idosos percebe-se reações que indicam uma melhora na qualidade de vida, porque os mesmos recebem tratamento básico e atenção

Antes da implantação das diversas ações sociais, foi feito na Comunidade dos Cocos um diagnóstico rápido participativo, envolvendo os representantes da Faculdade e as lideranças locais. Procurou-se identificar as reais necessidades da comunidade, em conjunto com os moradores, respeitando a base de conhecimento empírico existente, ou seja, os saberes locais. Em qualquer intervenção social, o êxito depende da apropriação do projeto pela comunidade. Os moradores foram bastante receptivos, procurando colaborar, participando e dando sugestões.

Inicialmente foi feito um mini-censo, para identificar o perfil sócio-econômico e as principais características da comunidade. Em busca da inclusão, a maioria dos membros da comunidade tem os documentos exigidos pela legislação brasileira (certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho e previdência social e título de eleitor). Os “recenseadores” foram alunos voluntários da Faculdade.

Atualmente está sendo ministrado por um aluno voluntário do curso de Informática, o curso de informática básica para adolescentes, ministrado. Este curso, além de afastar os adolescentes da ociosidade, pode contribuir para a geração de emprego e renda através da inclusão digital.



Figura 1: curso de informática básica

Fonte: acervo do projeto de responsabilidade social da Faculdade

Os alunos do curso de Fisioterapia, sob a orientação de professores voluntários, desenvolveram o projeto “Estudo da Prevalência das Doenças Osteomusculares”, com o objetivo de estudar o conjunto de doenças caracterizadas por dores crônicas nos membros inferiores e superiores e na coluna vertebral. Atualmente o referido projeto conta com a participação voluntária de dez alunos, que todas as sextas feiras, no período da tarde (14:00 às 16:30 horas) atendem aos que procuram o ambulatório, priorizando o atendimento aos mais idosos.



Figura 2: oficina do toque e coordenação motora

Fonte: acervo do projeto de responsabilidade social da Faculdade

As alunas do curso de Pedagogia estão implantando uma Brinquedoteca, com o objetivo de estimular o lúdico como ferramenta para facilitar a aprendizagem das crianças. A biblioteca comunitária também está sendo implantada, bem como a ação Contando Estória e Formando Leitores que, por meio da contação de histórias, procura estimular a leitura. As mães são convidadas para participar, para reforçar em seus filhos a importância de desenvolver o hábito de ler.



Figura 3: contação de histórias e biblioteca comunitária

Fonte: acervo do projeto de responsabilidade social da Faculdade

Os alunos de Administração e Ciências Contábeis estão programando, respectivamente, os cursos de Empreendedorismo e Controles Contábeis para Pequenos Negócios, voltados para os pequenos comerciantes locais. Já foi ministrado por uma professora da Faculdade um curso de decoração de sandálias havaianas, com o objetivo de

gerar renda para as mulheres desempregadas. Foram doadas as sandálias e as miçangas e o curso foi bastante procurado pelas moradoras.



Figura 4: pequenos negócios na comunidade

Fonte: acervo do projeto de responsabilidade social da Faculdade

A comunidade dos Cocos é mais um dos aglomerados urbanos esquecidos pelo estado e pelas políticas públicas. Assentado em uma das mais bonitas localizações de Fortaleza, na Praia do Futuro, a comunidade é formada por pequenas casas de alvenaria e taipa, onde residem núcleos familiares formados geralmente por avós, pais e filhos. A renda familiar é complementada pela aposentadoria dos idosos. Dentre os mais jovens, poucos têm um emprego fixo. A maioria vive de atividades informais, como venda de produtos na praia (queijo assado, cocos, castanhas de caju, camarão e outros gêneros).

Praticamente não há atividades de lazer na comunidade, a não ser o banho de mar, o tradicional jogo de futebol na praia, o jogo de baralho e o jogo de ‘bilas’ (bolas de gude). Alguns moradores frequentam cultos religiosos, como centros espíritas ou igreja (católica ou evangélica).

De acordo com Matos (2000, p. 3), “em um país no qual o Estado historicamente não cumpre algumas funções elementares como educação, saúde, segurança, equilíbrio ecológico e, atualmente, legitima essa omissão como consequência de uma política econômica neoliberal, o tema responsabilidade social adquire extrema importância.” E, assim sendo, escolheu-se para esta pesquisa um projeto de responsabilidade social que atua diretamente em uma comunidade carente, procurando intervir para melhorar as condições e a qualidade da vida da população.

5 Considerações Finais

Existem no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cinquenta milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, ou seja, 33% (trinta e três por cento) da população. Pessoas que vivem em condições precárias, sem acesso à saúde, à educação, a um padrão nutricional mínimo.

Praticamente um quarto da população brasileira vive em condições sociais adversas, situação que perdura e mantém-se há quinhentos anos. Parafraseando Hannah Arendt (1999), que usou a expressão “banalização do mal” para referir-se à máquina burocrática que possibilitou o holocausto nazista, pode-se dizer que no Brasil, parece estar havendo uma “banalização da pobreza”, ou seja, a exclusão social passa a não incomodar, adquirindo o *status* de algo natural.

Mas esta não é uma situação natural, foi construída e mantida por uma classe dominante e, somente com a conscientização da sociedade civil, pode ser modificada. É preciso transformar a realidade através da transformação da *práxis*. *Práxis* no sentido atribuído por Castoriadis (2000, p. 94), de um “fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia”. *Práxis* como um saber construído na prática, que vem questionar o *habitus* como instrumento de regulação social, aliado ao poder e ao controle.

A cidadania somente fará parte da cultura de uma sociedade quando seus preceitos de direitos e deveres e seus princípios de respeito pelo outro forem introjetados em seu povo. Como agentes transmissores de conhecimento e membros da sociedade civil, deve-se esperar das Instituições de Ensino Superior ações no sentido de transmitir também a importância da cidadania e da solidariedade social.

De acordo com Drucker (1991, p. 159), “na sociedade instruída faz-se necessária uma esfera na qual o indivíduo possa tornar-se senhor servindo aos outros [...] em que a liberdade não seja apenas passividade [...] – uma esfera que, em suma, exija envolvimento ativo e responsabilidade”.

Acreditando na construção de uma sociedade mais justa socialmente, a Faculdade está adotando uma postura pró-ativa, procurando implementar uma cultura de responsabilidade social, buscando desenvolver em seus alunos uma consciência social, formando-os profissionais competentes e cidadãos conscientes.

O projeto de responsabilidade social na Comunidade dos Cocos vem ocorrendo de maneira sistemática, modificando a *práxis* tanto dos alunos e professores voluntários quanto da população local, procurando desenvolver a dignidade através do desenvolvimento de uma visão de mundo a partir do político, da afetividade, da ética e da solidariedade, buscando reduzir a excludente dimensão econômica.

Referências

- ALMEIDA, Patrícia A. A consistência entre discurso e prática. In: Vários autores. **Responsabilidade Social das Empresas – A contribuição das universidades**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis Ltda, 2002.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **Estado Governo Sociedade para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, Ministério da Educação, 1994.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação de Temas Transversais**. Brasília, 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2004**.
- CAMARGO, Mariângela F. de; SUZUKI, Fabiana M.; UEDA, Mery; SAKIMA, Ricardo Y; GHOBIL, Alexandre M. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2002.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil – Leitura Crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K; LINCOLN, Y.S. e colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa – Teorias e Abordagens**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DRUCKER, Peter F. **As novas realidades no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.
- FISCHER, R.M.; FALCONER, A.P. **Estratégias de empresas no Brasil: atuação social e voluntariado**. Brasília, Programa Voluntários, Conselho da Comunidade Solidária, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FRIEDMAN, Milton – **Capitalismo & Liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais - Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1975.

LANDER, Edgardo. Limites atuais do potencial democratizador da esfera pública não-estatal. In: BRESSER PEREIRA, L.C.; CUNILL GRAU, Norio (Organizadores). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV/CLAD, 1999, p. 453-490.

MATOS, Fátima Regina Ney. **Responsabilidade Social Corporativa: uma análise na indústria refinadora de cera de carnaúba**. 2000. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2000.

MELO NETTO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial - A Administração do Terceiro Setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MERRIAN, S. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of Management Review**, v. 5, n. 4, 1980, p. 491-500.

OFFE, Claus. **The present historical transition and some basic design options for societal institutions**. Seminário da Reforma do Estado. São Paulo, 1998.(mimeo.)

PATTON, M. Q. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. 3a ed. Thousand Oaks – London – Sage Publications, 2002.

REZENDE, Antonio Paulo. Solidariedade: os limites e as resistências. **Estudos de Sociologia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 10, n. 1,2, jan/dez 2004, p. 45-63.

RIBEIRO, Ana Lúcia; LIMA, Daniela S; TAVARES, Raquel P; BERNARDES, Jefferson S. Trabalho Voluntário: algumas considerações sobre saúde mental. **Psico**, v. 27, n. 1, p. 71-80, 1996.

ROBBINS, Stephen; COULTER, Mary. **Administração**. Rio de Janeiro: Editora Prentice-hall do Brasil, 1998.

SITE : Disponível em <http://www.ethos.org.br>, acesso em agosto de 2005.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. São Paulo: Atlas, 2002.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Em Canudos como em Benfica. **Revista Veja**. Edição 1857, 9 de junho de 2004.